

Após pedido de vista, PEC 101 será primeiro ponto de pauta na CCJ na próxima quarta, 20

Um pedido de vista do deputado Gilson Marques (Novo-SC) adiou votação prevista para essa quarta-feira, 13, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da PEC 101/19, de autoria do deputado Mauro Nazif (PSB-RO) e relatoria da deputada Perpétua Almeida (PCdoB-AC). A proposta garante plano de saúde aos servidores da extinta Sucam (Superintendência de Campanhas de Saúde Pública), admitidos até 31 de dezembro de 1988, e que tiveram contato com produtos tóxicos como o inseticida DDT (Dicloro Difênil Tricloroetano), e outros, no combate e controle de endemias.

Após o pedido de vista, a PEC 101 entra como primeiro ponto de pauta na CCJ na próxima quarta, 20. Representantes da Comissão Nacional dos Intoxicados na base da Condsef estão em Brasília buscando apoio para que a matéria siga tramitando, seja aprovada e garanta plano de saúde aos servidores da ex-Sucam. A luta em busca de dignidade a esses servidores é histórica e já chegou a ser reconhecida como questão humanitária em 2011, pela então ministra Maria do Rosário.

Apesar dos esforços constantes para sensibilizar governos para que houvesse uma atenção a esse grupo de trabalhadores, nenhuma proposta havia efetivamente prosseguido tanto na Câmara quanto no Senado. Projetos de Lei e outras propostas, como a PEC 17/14, apresentadas antes da PEC 101/19, traziam como objeto central pedidos de indenização ou pensão vitalícia às famílias dos servidores que perderam suas vidas com doenças provocadas pela contaminação ligada aos produtos que manusearam por anos.



A PEC 101 tem uma especificidade importante, pois traz em sua justificativa um dossiê completo com diagnósticos que mostram a necessidade de um projeto capaz de trazer auxílio a esses servidores e a concessão de um plano de saúde que garanta dignidade, minorando os efeitos da intoxicação que traz como resultado um grau de mortalidade alarmante. Aproximadamente 90% dos servidores da ex-Sucam contaminados faleceram com menos de 30 anos após o contato inicial com o DDT. A mortalidade é precoce, muitos não alcançando os 60 anos.

PEC debatida

O deputado Mauro Nazif, que também é médico, conversou com as famílias desses servidores e sempre em contato com a Comissão Nacional dos Intoxicados na base da Condsef foram feitos os debates para chegar ao que era considerado o mais importante naquele momento. Além do plano de saúde, havia também outra discussão sobre uma gratificação para aquisição de medicamentos. “Nós fizemos os projetos separados porque se temos um projeto tramitando com uma pauta ele é mais fácil de ser aprovado do que conjuntamente, porque o parlamentar pode

aceitar um e o outro não, prejudicando a proposta. Então demos prioridade ao plano de saúde, que atende a todos os sucanceiros”, comentou o deputado. Pela PEC, o plano de saúde, estendido às famílias, vigora enquanto o servidor estiver vivo.

A deputada Bia Kicis, que preside a CCJ, chegou a dizer que o projeto contido na PEC 101/19 é justo e que da parte do governo não haveria grandes oposições. Com a retomada da discussão na próxima quarta, a expectativa é de que a proposta passe pela CCJ e siga tramitando até ser efetivamente aprovada.

Fonte: Condsef

Nota de falecimento

O Sindsep/MA lamenta a perda irreparável do companheiro **Antonio Ferreira Soares Filho**, servidor do IFMA Campus Imperatriz, que faleceu nesta quinta-feira, 14.

A entidade se solidariza à família e aos amigos pela enorme perda.



Câmara adere a falsa tese de Bolsonaro e aprova mudança do ICMS sobre combustíveis

Aliado do presidente Jair Bolsonaro (ex-PSL), o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), trabalhou para aprovar apressadamente uma lei que muda a cobrança do Imposto de Circulação de Mercadorias (ICMS) dos combustíveis.

Ambos ignoraram que a culpa pelos reajustes é da política de Preço de Paridade de Importação (PPI) da Petrobras, atrelada ao valor internacional do petróleo e a variação do dólar. Há meses, Bolsonaro vem culpando os governadores, mas o ICMS não é reajustado há anos.

Mas Lira mostrou força política e, por 392 votos a 71 e duas abstenções, a Câmara aprovou na noite desta quarta-feira (13) o projeto que muda a regra sobre o ICMS de combustíveis com o objetivo de reduzir os preços.

A gasolina subiu 39,60% em 12 meses e o gás de cozinha registrou alta de 34,67% no mesmo período, segundo dados do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), indicador oficial de inflação. Já o diesel subiu 37% no acumulado do ano, segundo Agência Nacional do Petróleo (ANP). Isso sem contar o reajuste de 7,2% que a Petrobras anunciou no último dia 8, indiferente ao que acontece em Brasília.

No mesmo dia em que a proposta de reduzir a alíquota do ICMS sobre combustíveis foi aprovada pelos deputados e encaminhada para avaliação e votação do Senado, a Liderança da Minoria na Câmara lançou o primeiro de uma série de vídeos sobre o impacto do dólar sobre o custo de vida.

Sobre o projeto de lei aprovado

O Projeto de Lei Complementar (PLC) nº 11/2020, de autoria de Emanuel Pinheiro Neto (PTB-MT), prevê que o tributo incida sobre a média da variação dos produtos nos últimos dois anos. Atualmente, é considerado o valor dos últimos 15 dias de acordo com pesquisa de preços feita nos postos. Sobre esse valor, são aplicadas as alíquotas de cada combustível.

O texto aprovado obriga estados e Distrito Federal a especificar a alíquota para cada produto por unidade de medida adotada, que pode ser litro, quilo ou volume, e não mais sobre o valor da mercadoria. Na prática, a proposta

torna o ICMS invariável frente a variações do preço do combustível ou de mudanças do câmbio.

A Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais (Febrafite) calcula que a proposta de Lira gerará uma perda de R\$ 24 bilhões por ano na arrecadação de estados e municípios.

Governadores avaliam acionar o Supremo Tribunal Federal (STF) para tentar derrubar o projeto, caso seja aprovado também no Senado. O argumento é o de que não caberia ao Congresso definir as regras do ICMS, e sim aos estados.

Fonte: CUT

“Sindsep Entrevista”

O programa semanal “Sindsep Entrevista”, apresenta nesta terça-feira (dia 19/10) as 10h, o secretário de Administração, Patrimônio e Finanças do SINDSEP/MA, João Carlos Lima Martins, e na pauta o aniversário de 31 anos do Sindsep/MA.

O SINDSEP ENTREVISTA vai ao ar todas as terças-feiras às 10 da manhã e transmitido ao vivo pela página do Sindsep/MA no [facebook.com/Sindsep.MA](https://www.facebook.com/Sindsep.MA).

SINDSEP Entrevista



RICARDO MILAN
Jornalista - SINDSEP/MA
DRT 785 MA



JOÃO CARLOS LIMA MARTINS
Secretário Administração
e finanças do Sindsep/MA